



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

GESTÃO DEMOCRÁTICA

CLEIDE OLIVEIRA MACEDO DE CARVALHO SILVA

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da professora Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cleide Oliveira Macedo de Carvalho Silva

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em de setembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Nome completo do professor – Orientador

Cleide Oliveira Macedo de Carvalho Silva

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Maria, ao meu esposo Valdiney e as minhas filhas que são bênçãos na minha vida a Pedrina e a Patricia. A todos que de um modo ou de outro se envolveram nesse processo de muita aprendizagem, em especial a professora Marielle que sempre se colocou disposta a contribuir para essa realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por esta etapa vencida.

Aos meus familiares que caminharam juntos comigo que compartilharam os momentos difíceis e de conquistas. Em especial minha mãe, meu esposo. E as minhas filhas pelo entusiasmo e por acreditarem no meu potencial.

Aos orientadores, mestres do saber, que souberam com êxito nos conduzir nessa jornada.

Aos colegas que percorreram juntos na mesma estrada.

“Não se pode educar eficientemente se os pais e professores se desconhecem, se a educação escolar estiver isolada da educação familiar”.

(Suenens)

RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema: Gestão Democrática, onde o cenário é uma escola pública do município de Janaúba. A escolha do tema supracitado surgiu da necessidade de aprimorar minha prática enquanto gestora, uma vez que tinha o conhecimento técnico, mas necessitava de um embasamento teórico a respeito do tema. Além da necessidade de conhecimento, a própria atuação como gestora democrática e a observância dos êxitos obtidos me fez querer anunciar que a gestão democrática funciona de fato. A metodologia do trabalho foi realizada primeiramente por uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto. Posteriormente foi feita uma pesquisa bibliográfica exploratória de autores que já publicaram a respeito do tema estudado Gestão Democrática e observações feitas no ambiente escolar.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Participação, Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. DESENVOLVIMENTO.....	11
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	15
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	16

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como tema: Gestão Democrática, onde o cenário é uma escola pública do município de Janaúba.

A instituição analisada Joaquim de Freitas Neto está localizada na Avenida Brasil, 2.257 no Bairro Dente Grande na cidade de Janaúba, MG. Código do INEP: 31345466, Portaria de Criação: 008/2009-27/08/2009 tendo os segmentos e turnos atendidos a Educação Infantil faixa etária de 02 a 06 anos de idade, nos turnos matutino 07h00min, às 11h00min, vespertino 13h00min, às 17h00min, e integral de 07h00min, às 17h00min.

Existem duas formas de gerir uma instituição. Há a administração escolar e a gestão escolar. Uma se difere da outra pela forma como são gerenciados os processos.

Como afirma Santos Filho (2000, p. 63)

A administração escolar trata-se da educação técnico-científica baseada nos paradigmas racional-positivista ou empírico analítico, onde suas características básicas consistem em considerar a realidade como um todo estruturado e advogar a neutralidade da relação ente sujeito e objeto do conhecimento. Nesse sentido, a relação sujeito - objeto é vista de forma fragmentada, o que reflete uma concepção de educação baseada numa relação hierarquizada, e dual, de poder e autoridade entre aquele que ensina (professor) e aquele que aprende (o aluno).

Assim, a administração escolar adotada primordialmente nas escolas pressupunha uma organização de poder centralizada e hierarquizada, onde as iniciativas e decisões partiam das mãos dos gestores.

Em contraposição à administração escolar, vem a gestão escolar, uma gestão democrática centrada na concepção sócio crítica, onde considera o homem como ser social, histórico e criador da realidade e transformador do contexto onde está inserido.

Nessa perspectiva, todos da comunidade escolar são considerados atores sociais, onde os mesmos participam ativamente do processo. Um exemplo disso existe na instituição a qual sou gestora, o conselho escolar.

O conselho é o órgão consultivo, deliberativo formado por todos os membros da comunidade escolar, que atua como parceiro nas tomadas de decisões administrativas, pedagógicas e financeiras condizentes com a realidade local. E assim, com tal postura, a escola vai construindo sua própria autonomia.

Percebe-se que esses dois processos da escola enquanto administração escolar e hoje gestão escolar, segundo Lück (2004,p.11) “não ocorreu uma depreciação da administração, mas uma superação das limitações de enfoque dicotomizado e simplificado para atender a realidade cada vez mais complexa e dinâmica”.

Há pouco tempo, conduzir uma escola era considerada uma tarefa rotineira, competia ao diretor cuidar pelo bom funcionamento da escola concentrando em si todas as deliberações, e gerir com cuidado os eventuais imprevistos.

Hoje, essa situação modificou muito. As grandes mudanças sociais, científicas e tecnológicas passaram a exigir um novo molde de escola e, portanto, um novo aspecto de administrador, com formação e conhecimento específicos para o cargo e a função de diretor gestor. Esse gestor se torna líder despertando a potencialidade de cada pessoa da instituição, transformando a escola em oficina de trabalho onde todos colaboram, aprendem e ensinam o tempo todo.

Para Luckesi (2007, p. 28). “Exercitar a gestão democrática na escola é uma forma de ensinar e aprender”.

É inquestionável a notoriedade que a participação da comunidade escolar impacta no gerenciamento do processo. Isso evidencia na elaboração e reformulação do Projeto Político Pedagógico, documento que visualiza a escola como um todo em sua perspectiva, tornando-se uma ferramenta gerencial que auxilia a escola e ajuda a definir suas prioridades estratégicas, a transformar as prioridades em metas, aferir se os resultados foram atingidos e avaliar o próprio desempenho.

A escolha do tema supracitado surgiu da necessidade de aprimorar minha prática enquanto gestora, uma vez que tinha o conhecimento técnico, mas necessitava de um embasamento teórico a respeito do tema. Além da necessidade de conhecimento, a própria atuação como gestora democrática e a observância dos êxitos obtidos me fez querer anunciar que a gestão democrática funciona de fato.

A metodologia do trabalho foi realizada primeiramente por uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto. Posteriormente foi feita uma pesquisa bibliográfica de autores que já publicaram a respeito do tema estudado Gestão Democrática e observações feitas no ambiente escolar.

2. DESENVOLVIMENTO

A funcionalidade em uma instituição numa gestão democrática é fundamental ter a participação de todos os segmentos (Conselho Escolar), sendo eles: pais, alunos, funcionários ou outras camadas da sociedade civil organizada. Ele é responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das ações do dia-a-dia da escola tanto no campo pedagógico, articulando as ações, acompanhando os alunos que estão nos programas desenvolvidos no ambiente interno da escola, em relação ao seu rendimento escolar, quanto no administrativo e financeiro, direcionando o gasto das verbas de modo a garantir a melhor aplicabilidade desses recursos.

O Conselho Escolar tem a função de contribuir para que a escola cumpra a sua função social, que é educar, construindo cidadãos conscientes e participativos. E, dessa forma o Conselho Escolar se torna um dos principais instrumentos para que as escolas tenham uma Gestão Democrática. (SPERÂNDIO, 2008, p. 01)

Diante da importância do envolvimento do conselho escolar, os conselheiros da E. M. Joaquim de Freitas Neto tem participação ativa e efetiva nas decisões que abrangem as áreas pedagógicas, financeiras e administrativas. Essa participação ocorre através de reuniões ordinárias e extraordinárias, palestras, eventos como: festa das mães, festa junina, dia das crianças, dia dos pais, dia dos avós e culminância de projetos de leitura e de datas comemorativas como: Identidade, Meio Ambiente, Primavera, Água, Natal, etc.

Segundo Bordignon (2004) a gestão democrática pode ser entendida como um ambiente, sem ambiguidades e contornos definidos, visto que sua elaboração e prática contam com a participação de professores, educandos, pais, funcionários e comunidade, ou seja, o âmbito educativo é construído por meio de um procedimento inteiramente participativo.

A expressão gestão escolar, em mudança à administração escolar, não é apenas uma questão semântica ela concebe uma transformação radical de postura,

um novo ponto de vista de organização, um novo paradigma de encaminhamento das questões escolares, ancorando nos princípios de conhecimento de autonomia, de autocontrole e de responsabilidade, aberta as necessidades da comunidade, atenta à atualização dos professores e de sua prática pedagógica, vinculada aos progressos científicos e tecnológicos envolvidos com a formação integral e o sucesso dos alunos.

A Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto tem uma gestão democrática, trabalha com a participação de todos, está atenta às reivindicações de pais, alunos e funcionários e procura sempre ter um diálogo aberto e franco com a equipe.

A família e a escola compõem uma equipe. É essencial que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. A sua participação tem sido um dos pontos marcantes para a gestão democrática, pois tem proporcionado a aprendizagem aos alunos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos levantamentos bibliográficos foi possível perceber o quanto uma gestão democrática é fundamental, pois o novo conceito de gestão escolar associa-se à democratização e à participação consciente e responsável de toda a comunidade escolar no procedimento decisório em ações articuladas e ligadas, aspirando a um ensino de qualidade como propõe o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto.

As decorrências obtidas com a aquisição de conhecimentos puderam trazer grandes contribuições ao desenvolvimento da administração escolar, na medida em que confirma e aumenta as possibilidades indicadas pelos estudos a respeito da participação coletiva na gestão escolar, como uma das alternativas para a melhoria do ensino e das relações sociais.

Certamente essa pesquisa contribuiu e muito para o aprimoramento da gestão escolar, haja vista que a mesma fornece ferramentas para uma gestão democrática, ampliando a minha visão enquanto gestora.

Consciente de que a busca por conhecimento deve ser constante, entendo que não se deve parar e seguir avante rumo às transformações que ocorrem no campo da gestão educacional.

Portanto, buscar a Gestão Democrática requer conquistar a própria autonomia escolar. Pois, sua direção traz a descentralização, o crescimento profissional e a valorização da escola e da comunidade.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. **Gestão da educação: o município e a escola.** In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.* São Paulo: Cortez, 2004, p.147.

DALMÁS, A. **Planejamento participativo nas escolas elaboração, acompanhamento e avaliação.** Petrópolis; Vozes, 1994 São Paulo, Abril.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO. E. José. **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas.** 4 ed – São Paulo: Cortez, 2001

LÜCK, H.A **Evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática.** Revista Nova Escola. Disponível na internet via <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/3550/projeto-politicpedagogico-a-identidade-da-escola#ixzz2eWbXv0yq>. Arquivo capturado em 25 de agosto.2013.

SPERANDIO, *Thais Maria.* Reflexões sobre a Nossa Consciência Coordenação ativ@: Disponível na internet via coordenacao-ativa.blogspot.com/.../reflexes-sobre-nossa-conscincia.html. Acesso em 02/set/2013.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula.** *ABC Educatio*, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

ANEXO



UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DE FREITAS NETO

CLEIDE OLIVEIRA MACEDO DE CARVALHO SILVA
VALÉRIA BRITO DE BARROS

BELO HORIZONTE

2013

UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GESTÃO E ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM
GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DE FREITAS NETO

Trabalho apresentado com o requisito necessário para a conclusão do curso de Pós graduação em Gestão Escolar na Universidade Federal De Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da professora Giselle Cristina Rodrigues no Curso de Gestão em Especialização Escolar Da Universidade Federal De Minas Gerais.

BELO HORIZONTE

2013

UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GESTÃO E ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM
GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DE FREITAS NETO

Trabalho apresentado com o requisito necessário para a conclusão do curso de Pós graduação em Gestão Escolar na Universidade Federal De Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da professora Giselle Cristina Rodrigues no Curso de Gestão em Especialização Escolar Da Universidade Federal De Minas Gerais.

BELO HORIZONTE

2013

UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GESTÃO E ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM
GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DE FREITAS NETO

Trabalho apresentado com o requisito necessário para a conclusão do curso de Pós graduação em Gestão Escolar na Universidade Federal De Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da professora Giselle Cristina Rodrigues no Curso de Gestão em Especialização Escolar Da Universidade Federal De Minas Gerais.

BELO HORIZONTE

2013

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	03
2- FINALIDADE DA ESCOLA.....	06
3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	06
3.1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA.....	06
3.2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA.....	07
4- CURRÍCULO.....	08
5- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	09
6- RELAÇÃO DE TRABALHO.....	10
7- PROCESSO DE DECISÃO.....	11
8- AVALIAÇÃO.....	11
9- REFERÊNCIAS.....	14

I-INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 12, inciso I, prevê que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar seu projeto pedagógico. Sobre isso Gadotti diz que: “Existem muitos caminhos, inclusive para a aquisição do saber elaborado. E o caminho que pode ser válido numa determinada conjuntura, num determinado local ou contexto” (2001, p.40).

O Projeto Político Pedagógico visa à organização do trabalho pedagógico escolar como um todo. Ele aponta um caminho, um rumo a seguir. Partindo do diagnóstico da realidade, delimita onde queremos chegar e como chegar, diminuindo o casualismo, o fazer por fazer, sem ter noção aonde se quer chegar. Pressupõe como fundamental, a presença dos princípios norteadores constitucionalmente como: a igualdade, a qualidade, a valorização do magistério, a gestão democrática, a liberdade e a autonomia. Com tudo isto em mente, a elaboração deste Projeto foi efetivado pela participação da comunidade escolar.

A escola Municipal Jair de Freitas Neto está localizada á avenida Brasil.nº 2257, bairro Dente Grande. Organizou o presente Projeto Político Pedagógico, tendo como objetivo o corpo docente da instituição, que tem como função fundamental mediar o desenvolvimento e a formação integral dos alunos dentro do processo de ensino e aprendizagem facilitando a ampliação e a sistematização dos conhecimentos por uma construção de uma escola cidadã e democrática levando em conta a sua realidade.

O prédio da Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto é alugado e em seu espaço tem: 2 refeitórios, 1 cantina, 8 banheiros, 1 secretária, 1 diretoria, 1 sala de vídeo, 9 salas de aula, 1 brinquedoteca, 1 sala para guardar materiais de limpeza e pátio espaçoso. Os ambientes são arejados, amplos, possuem ventiladores, os banheiros são adaptados para crianças, mas ainda não atende a acessibilidade, pois não dispõe de espaços e equipamentos para acolher as crianças com deficiência. Existe também na escola uma

brinquedoteca e o pátio que é usada em horários alternados pelos professores. O corpo docente da instituição tem como função fundamental mediar o desenvolvimento e a formação integral dos alunos dentro do processo de ensino e aprendizagem facilitando a ampliação e a sistematização dos conhecimentos por parte dos alunos. São 16 servidores efetivos e 02 contratados graduados nos cursos de Pedagogia ou Normal Superior. Os professores se envolvem no processo ensino-aprendizagem e participam de capacitações e encontros promovidos pela escola e pela Secretaria Municipal de Ensino (SME).

A instituição de educação infantil é um espaço coletivo de convivência, onde acontecem interações entre crianças e adultos e a mesma oferece o ensino em tempo integral a crianças de 2 a 5 anos, proporcionando o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social para a formação do ser humano e a construção da cidadania. Os pais dos alunos são trabalhadores rurais, pedreiros, lavadeiras, embaladores, empregadas domésticas e alguns deles trabalham em outras regiões, os alunos atendidos são oriundos da classe trabalhadora cujas famílias são compromissadas com a educação dos filhos. As professoras são orientadas e apoiadas na inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, além disso, tem momentos formativos incluídos na jornada de trabalho. Todas estão organizadas de forma a favorecer e valorizar a autonomia das crianças por isso o planejamento deve prever atividades variadas, disponibilizando os espaços e os materiais necessários, de forma a sugerir diferentes possibilidades de expressão, de brincadeiras, de aprendizagens, de explorações, de conhecimentos e de interações.

Assim, a organização curricular da escola deve estar em permanente atualização para acompanhar o coletivo escolar, no intuito de se construir um conjunto de ideias que sirvam de base ao ensino aprendizagem, até mesmo porque devido ao amplo e variado quadro de profissionais há a necessidade de se ter diretrizes para condução do ato de ensinar. A organização curricular da Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto compreenderá seis eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem como

objetos do conhecimento. Esses eixos de trabalho são desenvolvidos por todos os professores e norteados pela matriz curricular que é elaborada de acordo com o Referencial Curricular para a Educação Infantil.

Dessa forma, torna-se mais possível a diminuição da distância entre intenção e ação, sendo que a prática, a experiência e a reflexão passem a caminhar juntas para o êxito do ensino. O projeto político pedagógico é avaliado no fim ou no início do ano letivo, para que seja feita as alterações de dados e informações necessárias; analisando as metas e ações alcançadas; atualizando novos paradigmas de acordo a realidade social, cultural e histórica. A escola possui o conselho escolar onde se reúne para tomar algumas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras juntamente com a direção.

O processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos.

Esse processo acontece durante as reuniões quinzenais de módulo II e também por turmas (professor/supervisor) durante as aulas de Educação Física. Quanto à organização do tempo, a escola divide o ano letivo em quatro etapas (bimestre). A Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto organizou o presente Projeto Político Pedagógico objetivo, tendo como a melhoria na qualidade de ensino e a construção de uma escola cidadã e democrática levando em conta a sua realidade, em que a gestão democrática se destaca pela descentralização do poder, assim como pela ampla participação de todos os envolvidos na comunidade escolar, a fim de estar comprometida com a própria superação e buscando em conjunto a construção de projetos que promova a uma transformação social.

A Constituição A Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), afirma que o estado é responsável pela educação de qualidade. (FREIRE, 1996.21), por conseguinte, traçar caminhos e horizontes inovadores

para o ensino, além de tentar romper com as práticas absoletas que se faziam presentes no universo escolar. “Portanto, a educação não é a preparação para a vida, é a vida”, direcionando, no entanto as crianças em face da construção do conhecimento.

II - FINALIDADES DA ESCOLA

Segundo a LDB, a elaboração e execução de uma proposta pedagógica são as primeiras e principais das atribuições da escola, devendo sua gestão orientar-se para tal fim. Isto porque desta definição dependem de muitas outras. Entendemos o projeto político pedagógico (PPP) na escola como necessário, independentemente de qualquer decisão política ou exigência legal, pois a proposta pedagógica é o norte da escola, definindo caminhos que uma determinada comunidade busca para si e para quem se agrega em seu entorno. E todo esse trabalho é realizado em consonância a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, (LDB 9394/96) tendo em vista o currículo, a realidade cultural e social da nossa comunidade, nossa parceira constante para efetivação de nossa proposta de trabalho, devemos por meio da educação escolar, contribuir para que a criança viva plenamente a vida de criança, educar integralmente alguém significa participar da sua formação e que seja feliz socialmente, que adquira e domine os instrumentos culturais do ambiente e da época em que vive que reconheça e aprenda a respeitar as regras e princípios da vida.

3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 Estrutura Organizacional Administrativa

O corpo docente da instituição tem como função fundamental mediar o desenvolvimento e a formação integral dos alunos dentro do processo de ensino e aprendizagem facilitando a ampliação e a sistematização dos conhecimentos por parte dos alunos. A equipe é composta e administrada por uma diretora que é nomeada por indicação do prefeito municipal da cidade de

Janaúba, com demais professores 16 efetivos e 2 contratados graduados nos cursos de Pedagogia ou Normal Superior. Os professores se envolvem no processo ensino-aprendizagem e participam de capacitações e encontros promovidos pela escola e pela SME.

A SME de Janaúba conta com uma equipe multidisciplinar composta por 2 psicólogas, 1 fonoaudióloga, 1 assistente social, 2 pedagogas que atuam no Núcleo de Capacitação Permanente e 2 pedagogas que prestam atendimento técnico e pedagógico na sede da Secretaria coordenando o ensino fundamental e a educação infantil. Para um atendimento efetivo na escola, a Secretaria dispõe ainda de 02 supervisores que atuam planejando atividades em parceria da Secretaria de Educação com o Viva Vida e CAPSI, podendo ser encaminhados àqueles, coordenando o trabalho dos professores, promovendo ciclos de estudos e capacitações trimestrais.

O atendimento feito pelo pessoal de apoio (psicóloga, fonoaudióloga e da assistente social) é realizado a partir do encaminhamento de relatórios feitos pela equipe pedagógica e agendamento, e de acordo com a disponibilidade das mesmas. As especialistas atendem as crianças e/ou as famílias na SME e conforme com a necessidade, também acontecem visitas da assistente social as casas das crianças. Na escola existe um aluno que precisa desses serviços. O recurso financeiro que é disponibilizado para a Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto é oriundo do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) que é repassado em uma única parcela anual. Ele é aplicado na aquisição de material permanente e custeio como na compra de aparelho de DVD, material pedagógico, micro system, vasos sanitários e ventiladores.

3.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGOGICA

O trabalho pedagógico é desenvolvido e organizado de maneira objetiva e vem sendo aplicado com empenho. A proposta a ser desenvolvida com as crianças conta com a participação as supervisoras, a diretora e a SME que disponibiliza os materiais didáticos pedagógicos, que são repassados

através de reuniões pedagógicas ou administrativas, sendo estas já organizadas e agendadas no calendário escolar. A instituição possui Conselho Escolar, porém é pouco atuante.

O plano de aula é feito diariamente pelos professores e acompanhado pelos supervisores, a fim de promover um bom desenvolvimento intelectual da criança. A instituição promove eventos culturais em datas comemorativas, contando sempre com a participação ativa dos pais e dos demais membros da comunidade. A escola também apóia e participação em seminários, palestras e atividades em parcerias com órgãos públicos, contribuindo para a informação e prevenção a comunidade.

IV- CURRÍCULO

A concepção de currículo como seleção e organização de conteúdos, sintetiza metas, objetivos, conteúdos e maneiras de organizá-los, atividade de ensino/aprendizagem e de avaliação, devendo estar associada criticamente com as finalidades da educação definidas no projeto político-pedagógico da escola. Através dele é possível definir a compreensão dos processos de definição ou de organização de propostas curriculares.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade. (LDB art. 29 e 30)

Á medida que o currículo é encarado como peça fundamental do projeto político-pedagógico, torna se imperiosa a retomada de reflexões que constituem o ponto de partida do projeto: quem somos nós, qual é a nossa identidade como instituição, aonde pretendemos chegar, com que recursos contamos. Várias são as referencias quando e as finalidades da educação onde o currículo deve ser visto, também como estrutura relacional, ou seja, como sistema de relação entre os diferentes aspectos que compõem: relação

entre agentes sociais, conteúdos, práticas, projetos, culturas, e entre tudo isso e as condições de vida e de aprendizagem dos alunos.

Assim, a organização curricular da escola deve estar em permanente atualização para acompanhar os anseios da sociedade em relação à educação, colocando o ensino em maior sintonia com as exigências da sociedade da informação, da inclusão social, da cidadania participativa e responsável e da economia globalizada, além de proporcionar aos alunos uma educação em que os conteúdos trabalhados possam ser definidos e aplicados por eles e pelos educadores da instituição. Isso reflete na dinamicidade do conhecimento e na constante reorganização dos saberes escolares, sendo que as permanentes atualizações e discussões não devem ser impostas, mas elaboradas no coletivo da escola, no intuito de se construir um conjunto de ideias que sirvam de base ao ensino aprendizagem, até mesmo porque devido ao amplo e variado quadro de profissionais há a necessidade de se ter diretrizes para condução do ato de ensinar. Dessa forma, torna-se mais possível a diminuição da distância entre intenção e ação, sendo que a prática, a experiência e a reflexão passem a caminhar juntas para o êxito do ensino.

A organização curricular da Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto compreenderá seis eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem como objetos do conhecimento: Matemática, Linguagem Oral e Escrita, Movimento, Natureza e Sociedade, Artes Visuais e Música. Esses eixos de trabalho são desenvolvidos por todos os professores e norteados pela matriz curricular que é elaborada de acordo com o Referencial Curricular para a Educação Infantil.

V-TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do tempo e dos espaços escolares é de fundamental importância para um bom funcionamento da instituição, por isso, os momentos de planejamento são considerados primordiais e valiosos por todos os profissionais. O calendário é elaborado pela SME e adaptada a realidade escolar. A jornada diária é da 7:10 horas até as 17:10 horas. O planejamento coletivo tem sido primordial para a troca de experiências. O

mesmo ocorre durante as reuniões quinzenais de módulo II e também por turmas (professor/supervisor) durante as aulas de Educação Física. Quanto à organização do tempo, a escola divide o ano letivo em quatro etapas (bimestres).

A Instituição promoverá o crescimento e o desenvolvimento saudável das crianças através de atitudes e procedimentos que atendam as necessidades de afeto, alimentação, segurança e integridade corporal e psíquica. Assim, a instituição terá organizado a brinquedoteca, onde serão deixados a disposição das crianças sob orientação da professora, brinquedos como quebra-cabeças, alinhavos, livros infantis, televisão, DVD, túnel, dentre outras, podendo oferecer as crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e àquelas advindas de situações orientadas pelos adultos.

As crianças das classes de tempo integral terão um lanche além do oferecido às classes de meio período e mais duas refeições (almoço e jantar). Serão oferecidos cuidados de higiene pessoal, como escovação e banho e atendidos as suas necessidades de sono e repouso em ambientes adequados com temperatura agradável, boa ventilação e penumbra, oferta de colchonetes plastificados forrados com lençóis limpos e de uso exclusivo da criança. Também serão previstos na rotina diária momentos em que possam relaxar, com atividades mais livres e tranquilas em que possam repor suas energias.

VI- RELAÇÃO DE TRABALHO

Para a Escola Municipal Joaquim de Freitas Neto a participação dos pais ou responsáveis é de extrema importância, principalmente quanto ao compartilhar do espaço, do convívio coletivo e o respeito às regras da instituição, que contribuem para o bom desenvolvimento das atividades cotidianas. Através dessa interação, estabelece-se uma relação de parceria entre a escola e a família, no que diz respeito ao trabalho realizado.

A proposta de trabalho com os pais ou com a família tem o objetivo de educar e cuidar, que são processos dinâmicos e indissociáveis. As relações dos adultos que estão envolvidos com essa tarefa (família e educadores) têm

que acontecer de forma respeitosa, possibilitando um trabalho harmonioso e efetivo. A relação de trabalho entre professores acontece de uma maneira muito tranquila e participativa, e em caso de indisciplina a direção juntamente com a supervisão reúne e discute o problema quanto surge.

VII- PROCESSO DE DECISÃO

A equipe da Escola Municipal Jair de Freitas Neto trabalha de maneira coletiva, onde a gestão é democrática, compartilhada e participativa, tendo a comunidade presente no conselho escolar. O projeto político pedagógico deverá ser avaliado no fim ou no início do ano letivo, para que seja feita as alterações de dados e informações necessárias; analisando as metas e ações alcançadas e criando novas, atualizando novos paradigmas de acordo a realidade social, cultural e histórica. A escola possui o conselho escolar onde se reúne para tomar algumas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras juntamente com a direção.

VIII- AVALIAÇÃO

A lei 9394/96 estabelece em seu artigo 31, que “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registros do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.A avaliação nessa etapa deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças.

A avaliação deve ser entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

A avaliação deve ser entendida como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas, readequar e ajustar sua prática as necessidades colocadas pelas crianças, conforme aponta o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil.

A avaliação tem ainda, o caráter de acompanhar as conquistas e dificuldades do educando ao longo do seu processo de aprendizagem. A avaliação deverá ser feita diariamente através de observações, sendo a avaliação descritiva entregue aos pais trimestralmente, para que os mesmos tomem conhecimento do desenvolvimento de seus filhos. Com base nessas observações o professor vai percebendo que as crianças possuem algumas características comuns, relacionados ao período de desenvolvimento pelo qual estão passando e outras, próprias de cada criança a que chamamos diferenças individuais. Existem também aquelas características relacionadas ao meio cultural da criança.

A avaliação formal não se constitui no aspecto mais importante da avaliação, mas assume uma importância peculiar no processo. Para procedermos a esse tipo de avaliação devemos optar por atividades programadas pelo próprio professor sem se preocupar apenas com atribuições de conceitos, situando crianças e educador quando há necessidade de um trabalho a ser realizado.

Ao final de cada trimestre deverá ser elaborado um relatório constando o resultado da análise das observações feitas através do registro, avaliação formal e auto-avaliação. No relatório, o professor deverá sempre apontar aquilo que a criança realiza sozinha (desenvolvimento real) bem como os aspectos para os quais precisa de apoio (desenvolvimento potencial). As orientações que sugerimos para realização desse relatório não se organizará com base comportamental ou com interesse classificatório, mas basicamente teria finalidade de registro e de observações feitas a partir de perguntas que o professor se coloca enquanto desenvolve o trabalho com os alunos.

Para a elaboração de um relatório de avaliação que contemple o processo vivido por cada criança é essencial o educador privilegiar aspectos de ordem não só cognitiva, mas também sócio-afetiva, na análise do desenvolvimento da criança. O Portfólio é uma técnica inovadora, de avaliar o

progresso das crianças através de um conjunto de procedimentos contínuo, são instrumentos de estimulação do pensamento reflexivo. Essa técnica, pode-se dizer que é uma avaliação contínua mais autêntica, objetiva e compreensiva, permitindo acompanhar todos os processos de aprendizagem. É um caminho mapeado pelo desejo de formar, formar para a vida, para a cidadania, envolvendo educador e educando.

Quanto aos funcionários, os mesmos são avaliados através de Ficha Individual de Avaliação de Desempenho realizada uma vez no ano por uma equipe composta por profissionais de cada segmento da escola e depois a mesma é encaminhada para SME (Secretaria Municipal de Educação).

IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAZENDA, Nani. **A interdisciplinaridade**, História, TEORIA E PESQUISA. Papirus, Campinas 1995.

FRANÇA, Robson Luiz de. **Relação professor- aluno**. Uberaba: UFU, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. SP: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO. E .José. **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. 4 ed – São Paulo: Cortez, 2001.

HERNANDES, Fernando e Montserra Ventura. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho**. Ed. Artes Médicas.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96, Brasília, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Apontamentos sobre a pedagogia do exame**. Revista Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, V.20, n. 101, Jul/Ago., p.22, 1991.

MACHADO, M. Lucia de A. **Formação profissional para educação infantil: subsídios para idealização e implementação de projetos**. Tese de Doutorado.

MELLO, S. A. **Algumas implicações pedagógicas da Escola de Vygotsky para a educação infantil**. In: Revista Proposições, v. 10. n. 1, UNICAMP, 1999.

OLIVEIRA, **Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento**- Um processo Sócio-Histórico- São Paulo – Editora Scipione-1993.

Salto Para o Futuro: Construindo a Escola Cidadã. **Projeto Político Pedagógico/SEE à distância** – Brasília - Ministério da Educação e do Desporto. SEED. 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil:** MEC/ SEF,1998.